

23 OUT. 1984

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coetaneu Álvares, 55. Tel.: 266-7099 (PABX).



Fundado em 1873

JULIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JULIO DE MESQUITA FILHO (1927 - 1969) FRANCISCO MESQUITA

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

A discussão econômica e suas implicações políticas

Uma das grandes virtudes dos regimes democráticos está na circulação de idéias e no entrecchoque de opiniões. Quanto mais livres e preparados forem os debatedores, mais saudável e legítima será a discussão — o que permite a cada cidadão firmar sua posição com liberdade, realismo e serenidade. É certo que nos meios partidários os debates em torno da sucessão têm sido pouco criativos e monótonos. Já nos meios econômicos, porém, eles estão ganhando crescente intensidade, pois ninguém desconhece a principal dificuldade do próximo governo: o desafio da reorganização estrutural de nosso sistema produtivo.

Um dos temas mais importantes dessa polêmica, por isso mesmo, diz respeito à natureza dessa reordenação e ao alcance do papel do Estado: economia de mercado ou estatização definitiva, que será melhor para o País? Outro tema igualmente significativo, associado ao primeiro, diz respeito às condições para a retomada do crescimento e, por extensão, do nível de emprego: que medidas e decisões serão necessárias para o Brasil voltar a expandir-se num ritmo compatível com o de suas necessidades sociais?

Evidentemente, essas questões têm um caráter eminentemente político. Por mais que toda implementação e execução de uma política econômica esteja sempre condicionada a um mínimo de exigências técnicas e ao respeito às regras da lógica formal, sua formulação sempre pressupõe opções cuja essência é basicamente ideológica. Não deve causar estranheza, assim, a enorme discrepância de opiniões — e, por conseguinte, de sugestões e receitas — sobre as origens, sobre os motivos e sobre a evolução da mais séria crise por nós já vivida.

Ao final da semana passada tivemos um bom exemplo de como a polarização ideológica nos meios políticos pode vir a abrir caminho para o perigo da radicalização nos meios econômicos. Referimo-nos ao depoimento de dois economistas conhecidos e respeitados nos círculos acadêmicos, ambos com experiência na direção de organizações bancárias. O primeiro deles é o atual presidente do Banespa, Luís Carlos Bresser Pereira, que também leciona Economia na Escola de Administração de Empresas de São Paulo. O segundo é o professor José Júlio Senna, diretor do Banco Boavista e um dos responsáveis pelo curso de pós-graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. Suas opiniões foram emitidas em locais diferentes e em solenidades distintas, embora os jornais as tenham divulgado no mesmo dia.

Levado à Câmara dos Deputados pela cúpula do PMDB, o professor Bresser Pereira foi enfático: afirmou que a economia brasileira já se encontra ajustada externamente, motivo pelo qual ela já está preparada para voltar a crescer. Ele também esboçou quais devem ser as prioridades do próximo governo: a redução das taxas de juros, mediante aumento na oferta de moeda e redução dos custos de captação do dinheiro por meio de um redutor de 10% na correção monetária incidente nos ativos financeiros, e a retomada dos investimentos do setor público, financiados pela elevação dos impostos. A seu ver, o problema do déficit público — cujo controle é uma das principais exigências do FMI e cuja origem está no crescimento descomensurado do Estado — já estaria resolvido, não sendo responsável pela inflação, porém simples consequência dela. “A inflação é autônoma, realimentada pela indexação e, à medida que a economia voltar a crescer, inevitavelmente ela vai declinar.”

Em artigo publicado no JT, o professor José Júlio Senna fez uma afirmação igualmente enfática, porém diametralmente oposta: para ele o País ainda não reuniu todas as condições necessárias para a retomada do crescimento porque não resolveu ainda a questão do déficit público. Isso se deve, a seu ver, à excessiva presença do Estado na economia, de um lado se omitindo nas suas funções tradicionais no âmbito da educação, da saúde, da segurança e da justiça, e, de outro, agindo empresarialmente em setores onde deveria atuar apenas de modo indireto, como regulador e incentivador da iniciativa privada. Como a elevação dos gastos da máquina estatal tende a crescer num ritmo maior do que o de sua capacidade de arrecadação, o déficit público se torna o principal responsável por um processo inflacionário que, estimulando a alta exagerada dos preços, desorienta o empresariado, eleva as taxas de juros, compromete o planejamento econômico e acarreta o desemprego. “O processo inflacionário brasileiro nasceu de um enorme desequilíbrio fiscal, ainda não corrigido, financiado por maciça emissão monetária”, concluiu.

Eis aí, de forma sucinta, dois diagnósticos e duas análises distintas. Como julgá-las? A medida que toda decisão de política econômica sempre envolve uma opção ideológica, como dissemos no início deste editorial, só o critério político permite avaliar com mais precisão o alcance de ambas as opiniões. Em princípio, os professores Bresser Pereira e José Júlio Senna reconhecem a crise fiscal do Estado brasileiro, mas é a forma de equacioná-la que os diferencia e os afasta. Na visão do primeiro, a sugestão de se aumentar a carga tributária não apenas parece a mais fácil e conveniente, como, ainda, aquela que melhor propicia uma retórica distributivista. Na visão do segundo, o aumento dos impostos não passa de um “canto de sereia”, pois a História revela que a manipulação dos instrumentos fiscais, cambiais, monetários e creditícios, sem um paralelo redimensionamento e enxugamento das funções do Estado no domínio econômico, torna possível a recuperação apenas num “curtíssimo” espaço de tempo.

Sem pretensões de ascender a algum cargo em Brasília, a partir de janeiro próximo, ao contrário de seu colega paulista, o professor José Júlio Senna não tem motivos para fazer concessões retóricas. Ele sabe que os desequilíbrios fiscais somente serão resolvidos por uma reforma tributária, mas sabe, igualmente, que a eficácia dessa reforma também está associada ao retorno do Estado ao seu papel tradicional. Neste momento em que até mesmo o ministro Delfim Neto vem

“soltando” a língua, reconhecendo aos poucos não haver tido sucesso à frente da Seplan por não ter conseguido submeter e tutelar a máquina estatal, não deixa de ser curioso ver como os economistas do PMDB vão fazendo vista grossa a esse problema.

Em sua trajetória acadêmica, o professor Bresser Pereira sempre se caracterizou pela sutileza de sua análise e pela criatividade e engenhosidade de suas sugestões. É de se estranhar, portanto, a sua ênfase na elevação dos tributos e a sua omissão no que se refere aos malefícios da estatização, uma vez que ambas as questões estão intimamente ligadas. Ele entende que o aumento dos impostos permite ao setor público reestimular a economia, esquecendo-se, porém, da conhecida falta de produtividade dos investimentos estatais. Por que não permitir à iniciativa privada escolher ela própria os critérios de seus investimentos, já que ela tradicionalmente tem alocado com mais eficiência os recursos escassos? Com o empresariado voltando a reinvestir, não se conseguirá assim ampliar a arrecadação com o tempo e elevar o nível de emprego?

Para os economistas do PMDB, o Estado e seu avanço não constituem problema algum. É essa convicção ideológica que faz de seu discurso um mero jogo retórico, sem oferecer algo mais do que meras palavras para a superação da mais séria crise por nós já vivida.